



NOVO NEOLIBERALISMO, FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR EM AMBIENTE HOSTIL:

O caso de uma IES

PEIXE, João Carlos Mendonça Didier Silva¹

RESUMO: Este estudo tem sua importância na emergente discussão sobre o aumento da precarização do trabalhador no Brasil e no mundo. Sustenta-se na crescente perda de direitos sociais da classe trabalhadora e na lógica do novo neoliberalismo aplicada aos mais variados ramos de atuação organizacional, empresarial e institucional. Abordaremos o enfraquecimento dos sindicatos, da responsabilidade social intrínseca a normas reguladoras recorrentemente atacadas e amorfizadas por uma lógica que corrói o ethos de coesão social preconizado pelo trabalho assalariado formal, outrora garantidor de sistema regulador do trabalho decente. Abordaremos as transformações provocadas nas relações de trabalho a partir das transformações econômico-sociais determinadas por esse processo de ruptura, com ênfase na relação flexibilização do capital e precarização do trabalhador. Como exemplo desse esgarçamento das relações sociais e de trabalho traremos o estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior, situada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Flexibilização, Precarização, Novo neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

O debate sobre os processos de produção/acumulação, sobre as reformadas relações de trabalho e gestão de pessoas, sobre as novas modalidades de inclusão no mercado de trabalho e as consequentes teorizações sobre a relação entre a flexibilização do capital e respectivo rebatimento na precarização do “trabalho” tem sido a proposta norteadora e dominante nos estudos de alguns teóricos das Ciências Sociais. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o novo neoliberalismo e seus resultados de contornos nefastos sobre a sociedade contemporânea.

Desenvolverei a abordagem sobre o tema a partir das análises de Albani de Barros em sua obra “Precarização: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo”, editada pela Coletivo Veredas em 2019, dessa obra, muito solicitada, abordaremos o Cap. 2 – “A precarização sob a análise da crítica marxiana”.

Traremos as análises de Manuel Castells em “A transformação do trabalho e do mercado de trabalho: trabalhadores ativos na rede, desempregados e trabalhadores com jornada flexível”- in A Sociedade em Rede, 2001.

¹ Doutorando em Serviço Social, linha de pesquisa Trabalho. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. joaopeixedidier@gmail.com



Para o debate com Castells traremos Ricardo Antunes que faz uma análise da morfologia do “trabalho”, debruçando-se sobre as práticas e tendências contemporâneas das relações de produção na obra pelo autor organizada, “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil” – editada pela Boitempo em 2006.

Luciano Vasapollo, contribuinte de Ricardo Martins na obra acima citada, aborda os diferentes sentidos adquiridos pelo tema flexibilização, assinalando que ao invés de diminuição os baixos índices de emprego, a flexibilização impulsiona o processo de desalento da classe trabalhadora, mandando-a para a informalidade e precarização.

István Mészáros, como Vasapollo, detentor de um capítulo na obra organizada por Ricardo Antunes, afirma que a flexibilização é um mito.

Com o objetivo de avaliar as mudanças no mundo trabalho provocadas pela passagem do neoliberalismo ao novo neoliberalismo, traremos a contribuição de Dardot e Laval na sua publicação “Anatomía del nuevo neoliberalismo”, lançada em 2019 pela VientoSur, publicação madrilena.

Abordaremos ainda as especificidades relacionadas às relações de trabalho encontradas em uma Instituição de Ensino Superior (IES), objeto de pesquisa em 2010.

A PASSAGEM DE UMA SOCIEDADE INDUSTRIAL PARA UMA SOCIEDADE DE SERVIÇOS

Na observação empírica da evolução do emprego, Manuel Castells (2001) aponta os aspectos que parecem ser característicos das sociedades da “Era Informacional”: eliminação gradual do emprego rural; declínio do emprego industrial; crescente diversificação das atividades do setor de serviços; rápida elevação do emprego para administradores, profissionais especializados e técnicos; formação de um “proletariado de escritório”, composto por funcionários administrativos e de vendas; crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional; aumento dos serviços relacionados à área social; estabilidade do emprego no comércio varejista; relativa valorização da estrutura ocupacional ao longo do tempo.

Castells observa que embora o capital flua com liberdade nas redes financeiras globais, o trabalho ainda é muito limitado por instituições, culturas, fronteiras e xenofobia, contudo há uma tendência para a interdependência da força do trabalho em escala global devido às migrações proporcionadas por multinacionais e suas coligadas, e também pelos efeitos da concorrência global e pelos impactos do comércio internacional sobre o emprego.

Embora não haja um mercado de trabalho global unificado, observa Castells, há uma interdependência global da força de trabalho na economia informacional.



A LÓGICA SISTÊMICA DO CAPITAL EM ESCALA GLOBAL

Segundo Ricardo Antunes o sistema capitalista de produção passa por transformações profundas desde a década de 90 do século XX. A reestruturação dos processos produtivos, das condições de trabalho e dos modelos de gestão organizacionais tem como marco inicial a “globalização” do capital, que iniciou um amplo processo de fragmentação, desregulamentação e internacionalização da cadeia produtiva.

Em sua análise, Antunes (2006), abordando os desdobramentos da adoção das práticas mencionadas anteriormente por Manuel Castells (2001), aponta para a perda da subjetividade do trabalhador. A alienação, ou o não-saber, o desinteresse total pelas tarefas laborais é sentido, assim como o deslocamento de profissionais no novo modelo organizacional, fragmentado. O autor denomina então classe-que-vive-do-trabalho, os trabalhadores que estão alijados da gestão nos novos modelos, alocados a processos produtivos altamente tecnológicos e de estruturas não mais verticalizadas.

Como resultados obtemos importantes consequências estruturais no mundo do trabalho, tanto no que diz respeito às condições materiais de vida e de trabalho - precarização, quanto pela perda dos significados simbólicos que afetavam a subjetividade do trabalhador, ou seja, aumento da alienação.

Componentes engendrados nos novos processos de reengenharia que tomam o mundo do trabalho de assalto, a terceirização e a flexibilização, nos fazem entender o atual processo que precariza as relações de trabalho, além de reduzir os empregos formais aumentando substantivamente a informalidade.

Ricardo Antunes (1995) alertava sobre a passagem do fordismo ao toyotismo:

[...] a introdução e expansão do toyotismo na ‘velha Europa’ tenderá a enfraquecer ainda mais o que se conseguiu preservar do welfare state, uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrata. (ANTUNES, 1995, p.31).

István Mészáros(2006) corrobora com Ricardo Antunes, ratificando,

[...] Atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante. Nesta nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre. (MÉSZÁROS *in* ANTUNES, 2006, p.31).

Existem vários estudos sobre os efeitos da flexibilização do capital no mundo do trabalho, chamamos atenção para as relações entre renovação tecnológica e mudança organizacional estudadas, citadas por Manuel Castells e os impactos destas sobre as condições de trabalho,



emprego, salário e qualificação.

FLEXIBILIZAÇÃO DO CAPITAL

Segundo Vasapollo (2006), o termo flexibilização pode ser entendido, como:

[...] Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuírem;
Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.);
Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASAPOLLO apud ANTUNES 2006, p. 46).

Luciano Vasapollo (2006), reforçando os dados trazidos por Castells, que não dá real importância ao aprofundamento da crise instaurada pelo neoliberalismo, ratifica que o crescimento do trabalho temporário, por tempo determinado, o de meio-expediente e os autônomos, tanto para trabalhadores qualificados quanto para os não-qualificados, impulsiona o processo de desalento da classe trabalhadora, mandando para a informalidade e precarização.

A PRECARIZAÇÃO SOB ANÁLISE MARXIANA

Albani Barros (2019) afirma que na história do desenvolvimento do capitalismo, a riqueza e a degradação do trabalho humano são indissociáveis.

O Capital para muito além de sua equivalência geral monetária é essencialmente uma relação social, dialeticamente em movimento constante. Exatamente por isso, afirma o autor que: “...no limiar máximo do desenvolvimento das forças produtivas, a degradação do trabalho na forma da precarização é parte integrante necessária dessa lógica de interesses. (BARROS, 2019, p. 67).

Segundo Albani Barros (2019), “[...] a precarização do trabalho impõe-se como uma extensão ampliada e qualitativamente superior ao da precariedade, característica inerente ao trabalho assalariado”. (BARROS, 2019, p.69).

Cabe ressaltar as diferenças entre os termos “precariedade” e “precarização”, com esse intuito Albani Barros (2019) nos oferece a perspectiva de Barbier (2002), para quem o termo “precariedade”:

[...] surge originalmente na França, no final da década de 1970, e buscava expressar o discurso sobre uma “nova pobreza” que crescia na Europa. Pitrou, um sociólogo especializado no estudo de famílias, foi o primeiro a utilizar o termo de forma sistemática e proposital. Nesse sentido, a “precariedade” foi tomada de forma muito parecida com a situação de pobreza então vivenciada no Velho



Continente (BARBIER, 2002 apud BARROS, 2019. p.70).

Afirma Alabani Barros:

[...] No conjunto das intensas mudanças por que o capitalismo contemporâneo passou e vem passando nas últimas décadas, a “precariedade” se transformou num processo de precarização do trabalho que domina mundialmente a dinâmica das relações de produção. (BARROS, 2019. P.70).

O esgotamento e a desagregação do binômio fordista/keynesiano teriam provocado transformações nas relações de produção em escala mundial, não poupando sequer os trabalhadores das economias mais desenvolvidas. A consequência:

[...] é que esse processo de mudanças econômicas e políticas desencadeadas seria a causa da erosão acelerada do trabalho regulamentado, legatário do taylorismo/fordismo, que predominou durante boa parte do século passado, sendo substituído por formas de trabalho precarizadas,. (BARROS, 2019, p. 72).

FLEXIBILIZAÇÃO COMO CAUSADORA EXPONENCIAL DA PRECARIZAÇÃO

Sobre a relação flexibilização versus precarização, Luciano Vasapollo sintetiza muito bem:

A efetivação da “flexibilização” tem se configurado como uma imposição chantagista do capital; sua existência pressiona os trabalhadores a aceitarem salários mais baixos e piores condições de trabalho. A chantagem é efetivada mediante a ameaça do deslocamento de unidades produtivas das áreas com maiores salários e regras de proteção social, para outras regiões – sobretudo além dos limites nacionais, para países com taxas salariais menores e frágeis ou garantias trabalhistas inexistentes (VASAPOLLO, 2005 apud BARROS, 2019. P. 75).

Completa Alabani Barros (2019):

Várias foram as mudanças nas relações de produção desencadeadas a partir das últimas décadas do século XX e intensificadas nesse novo milênio. Como característica condutora desse processo, tanto as transformações ocorridas na reestruturação produtiva como o receituário neoliberal trataram de implodir o quanto possível os limites que dificultam a elevação das taxas de exploração. Assim, a lógica da flexibilização tem se apresentado para o trabalhador como precarização”. (BARROS, 2019. P. 75).



Ricardo Antunes (2015) complementa bem o debate ao analisar essa construção proposital da precarização como primordial para a ampliação da lógica de dominação do Sistema Capitalista metamorfoseado ciclicamente. A cada ciclo, desde a utilização do termo “precariedade” como inerente à gênese do Sistema, metodologicamente posto e estudado na linha histórica da existência humana, Antunes nota a agudização da “superexploração” e retirada de “mais-valia” da classe trabalhadora, formulação aproveitada por Albani Barros (2019):

[...] a precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática. Nas épocas de crise – ainda mais quando esta tem um claro acento estrutural –, o que se assiste é a sua intensificação, o que vimos denominando como a persistente tendência à precarização estrutural do trabalho em escala global, da qual o trabalho imigrante é sua expressão mais visível e brutal. (ANTUNES, 2015, p. 413 in BARROS, 2019, p. 76).

DO NEOLIBERALISMO AO NOVO NEOLIBERALISMO

Segundo Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo tem se reforçado como sistema de poder. Há que se discernir o caráter tanto plástico/hermético quanto plural/vascularizado do neoliberalismo e sua conseqüente radicalização. Para tanto os autores propõem um aprofundamento na análise, um estudo da anatomia do sistema, afim que possamos compreender o que é categorizado como novo neoliberalismo.

O Conceito de neoliberalismo clássico conjuga políticas econômicas baseadas no Laissez-faire de anatomia liberal e o sistema político democrático. Governos caracterizados por seus radicalismos no campo econômico, sustentados e realimentados² por suas próprias crises, reforçadas indefinidamente. Ainda, sob a imposição de políticas monetaristas e de austeridade, da mercantilização das relações sociais e da ditadura dos mercados financeiros, os autores defendem que a essas observações analíticas sobre o sistema soma-se à racionalidade mundial que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado a lógica do Capital operando sobre as subjetividades e a própria existência. Um sistema mundial de poder, comandado pelo imperativo de sua própria manutenção.

Se no passado, como afiançado, os autores indicam a existência de um neoliberalismo calcado no Liberalismo clássico de bases exclusivamente democráticas, “hoje” apontam para uma metamorfose do sistema com a radicalização econômico-financeira global associada ao fechamento de fronteiras, culto à soberania do Estado, construção de muros, ofensiva radical contra os Direitos Humanos; para tal utilizando como justificativa a segurança interna da nação.

É preciso entender essa metamorfose, evitando assim dois erros listados por Dardot e

² Entende-se por realimentação um processo em que uma informação sobre o passado influencia no mesmo fenômeno no presente e ou poderá influenciar no futuro, permitindo ajustes que mantenham um sistema em funcionamento.



Laval (2019), a confusão entre neoliberalismo e ultraliberalismo, ou libertarismo, ou o retorno a Adam Smith, ou Estado mínimo, etc., e ainda, a explicação, errônea segundo os autores, de que nos encontramos frente a um novo fascismo neoliberal ou um momento neofascista do neoliberalismo.

Sintetizando, Dardot e Laval (2019), ratificam que o neoliberalismo gerou o que Antônio Gramsci denominou monstros, frente a um duplo processo:

- I. desfiliação da comunidade política;
- II. adesão a princípios etno-identitários e autoritários, colocando à prova o funcionamento normal das democracias liberais.

Segundo os autores, o liberalismo clássico suportou concessões às massas acima do que poderia suportar, tais concessões nomeadas justiça social ou democracia liberal foram abruptamente atacadas por teóricos neoliberais. Tais teóricos imprimiram uma ordem de competição entre atores imaginariamente instalados nessa paisagem de pretensa “paz social”, os homens econômicos dotados da meritocracia dos capitais humanos, em luta uns contra os outros. Tal campo de batalha, instalado em sociedades, estremeceram as relações sociais e políticas modernas, gerando ressentimento progressivo e cólera inter-relacional, deliberadamente provocados.

O neoliberalismo engendrou uma crise profunda na democracia liberal-social, cujo resultado tem sido a ascensão de regimes autoritários e dos partidos de extrema direita. Segundo os autores o atual processo em andamento é uma versão original da racionalidade liberal com uma roupagem discursiva de retórica ultranacionalista da soberania, de estilo populista, reforçando e radicalizando o domínio do capital sobre a sociedade.

Segundo Dardot e Laval (2019), tanto no plano simbólico quanto no institucional, o princípio da competitividade, engendrado propositalmente, adquire um caráter constitucional.

Para os autores a democracia liberal-social nada mais é que a moldura jurídico-política de um Governo de guerra em que a não adesão marca cidadãos como traidores não patriotas. A relação entre essas duas dimensões, a radicalização da estratégia neoliberal e o paradigma militar da guerra contra insurgente, de matriz civil, é o que acelera a desdemocratização.

Dardot e Laval (2019) por fim afirmam que é graças à canalização de ressentimentos e ódio pelo lado oposto, engendrada por políticos das extremas direita e esquerda, sob as promessas de proteção às massas situadas em cada extremo que o exercício do poder neoliberal pela lei, hora convertida em instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra a democracia que assistimos a um estado de direito sendo implodido, transformado em arma de guerra contra a sociedade.

O CASO DE UMA IES

Trago parte de uma pesquisa que realizei para a minha monografia de pós-graduação em sociologia, política e cultura, finalizada em 2010. Na pesquisa quis medir, portanto utilizei a



metodologia quantitativa de pesquisa, alimentada por dados oficiais cedidos pela IES estudada. De início já uma observação, a IES tinha um ambiente democrático, aberto aos debates e à pesquisa, o que veremos adiante, perdido pela categoria de trabalhadoras e trabalhadores que ali ainda trabalham.

Trago para a demonstração dos dados recolhidos além de um gráfico, gráfico 1 abaixo, o debate trazido pelos autores listados anteriormente, focando na relevância da observação sobre o Capital flexível trazendo a crescente precarização do trabalhador, além das análises sobre a nova lógica do neoliberalismo chamada por Dardot e Laval (2019) de novo neoliberalismo.

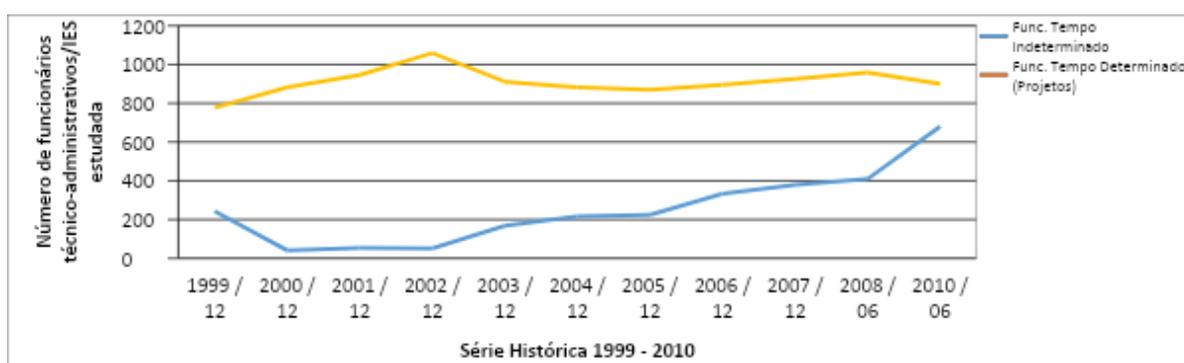


Gráfico 1 - Variação do número de funcionários folha/IES e folha/Projetos 1999/2010
Fonte: Vice-Reitoria Administrativa da IES estudada.
Formatação: João Carlos Peixe.

O modelo de gestão aplicado na IES estudada seguia, em 2010, uma tendência de aumento da contratação de funcionários por tempo determinado pelos Projetos fomentados por verbas públicas e privadas. Bom especificar que esses Projetos pagavam a totalidade dos custos trabalhistas, sendo o vínculo do trabalhador responsabilidade da IES. Como nessa modalidade o Projeto não opera ad eternum, esse trabalhador tem um contrato por tempo determinado que findado ou renova-se, ou o trabalhador procura uma ocupação interna em outro Projeto, ou rua, demissão. Bom definir que muito dificilmente esse trabalhador pago por Projeto adentrará ao quadro de trabalhadores por tempo indeterminado, pago com verbas institucionais.

Gostaria aqui de analisar o recorte 2008 – 2010, apresentado no gráfico 1. Nota-se que a roupagem é de aumento absoluto de contratação de mão-de-obra, ou seja, às vistas de um desavisado observador tal processo gerou empregos, o que realmente aconteceu. Ao refinarmos o olhar e a análise podemos qualificar os empregos criados. Se no total, entre 2008 e 2010 a IES estudada aumenta seu quadro de trabalhadores de 1350 para 1600, notamos a migração de trabalhadores de tempo indeterminado para tempo determinado, 80 trabalhadores, obrigados a aceitar tal câmbio com a observação que não voltariam ao modo de contrato anterior, ou seja, ou aceitavam ou seriam demitidos. Ao analisarmos a contratação direta de trabalhadores por tempo determinado, pagos por Projeto e que não foram contratados pelas vias institucionais, ou seja, não participaram de processo seletivo, sendo contratados diretamente por Coordenadores de Projetos ou Diretores de Departamento, encontramos 290 trabalhadores contratados nessa modalidade.



Para o que interessa, com foco no debate aqui levantado, sobre a crescente precarização do trabalhador como resultante da fluidez flexibilizadora do capital, podemos dessa pesquisa, com esta breve análise, concluir que sim, essa modalidade de contratação precariza; constrange; humilha e desagrega esse trabalhador com contrato temporário; impedindo-o de participar de manifestações coletivas de categoria; recebendo um menor salário em comparação ao seu similar sob contrato por tempo indeterminado; vivendo sempre sob o julgo do medo e da subserviência a seu “contratante”, o ator que o contratou; sendo eterno devedor pelo “favor” da contratação, retirando-o do arcabouço protetivo do Direito e arremessando-o para o nível das relações clientelistas.

Ao mesmo tempo a IES máscara esse modelo, levando para os seus órgãos internos os dados do fantástico resultado obtido, sendo essa paisagem de contratação absoluta ferramenta intransponível para justiça social e exemplo de sucesso de gestão que gera crescimento em amplo espectro, economizando com gastos de contratação e manutenção de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando para as conclusões deste estudo sobre a relação direta da maior flexibilização do capital como causadora da crescente precarização do trabalhador, transpassada por uma lógica que aprofunda a crise, o novo neoliberalismo conceituado por Dardot e Laval (2019), passo a sintetizar o que penso.

Numa análise de espectro mais geral, o que proponho nesta breve tentativa de fechamento é pensar as teorias Marxistas de metodologia materialista-histórico-dialéticas como uma linha de pensamento não compreendida propositalmente e alvo de ataques de muitos de seus próprios, outrora, estudiosos. Não raro analisamos acadêmicos intelectuais que após breve saída dessas normas a ela retornam. Neste momento de guerras; uma de projeções mundiais contra um vírus COVID19, outras engendradas cotidianamente em sítios afastados das lupas do novo neoliberalismo; e a última, essa sim no centro, na sala de controle do moinho de Karl Polanyi, entendo que a globalização na letra foi a aplicação na prática dessa tentativa exitosa de por discursos humanitários, positivistas e de defesa da coesão mundial eliminar nano sistemas rebeldes e numa síntese satânica englobar sob o domínio do Capital transmutado, a liderança total.

Compreender essa empreitada do Capital é antes não a compreender quando nos detemos a passos instrumentais que causam indignação social, como a fome causada pelo desemprego, ou as mortes violentas causadas pela miséria a que foi imposta à humanidade, nesta atual conjuntura. Tais fatos são cotidianos e globais, cortinas de fumaça assimiladas por uma imprensa internacional que trata de disseminá-las. Assim como as políticas de manutenção da vida do corpo, fundamental para a realimentação do Capital e para as guerras esporádicas que surgem fora do sistema. As guerras atuais têm lógica própria, se analisarmos a atual podemos



notar que para muito além das vidas perdidas temos tido chamada a nossa atenção para o PIB russo e ucraniano, os empréstimos cedidos pelo Capital internacional à parte mais fraca no conflito, empréstimos esses que lançam uma mão invisível sobre os capitais da parte mais forte do conflito, retido e repassado à parte mais fraca sem obviamente não deixar de ter a ele juros aplicados. As taxas de lucros engendradas pelo que denominam esforços de guerra são estratosféricas, só podendo ser pagas pela submissão total e eterna.

Notem que por esse prisma a batalha não é pela hegemonia de um sistema, essa disputa pueril, infantil, quarto mundista, de se opor capitalismo a socialismo ou comunismo, não.

Nesse prisma o que surge é a vitória inexorável do Capital e a paisagem é a de dominação irrestrita do globo. Portanto, ou pertence ao sistema ou morre. A globalização inviabilizou os Estado-Nação, tendo os mesmos aderido ao sistema global, o Capital não aceitará a implosão desse sistema.

Ao propor essa lógica própria, de realimentação e não retroalimentação, porquê retroalimentação remete a ideia antropofágica e a lógica do Capital é incluir sem matar, é dominar e escravizar sem diminuir esse exército de reserva postulado por Marx, guerras como a atual geram mais lucro e são financiadas por um nano sistema que está fora do computo geral, apesar da alegada retração do sistema PIB por ela provocada, Portanto, o sistema capitalista central e global está preservado, o esforço de guerra cria um nano sistema que gera lucro próprio, enviando-o ao sistema central global parte desse lucro, além do que é retirado da retração econômica global, tão analisada em sua forma de miséria humanitária, assinalada pelos autores aqui trazidos.

Nessa linha geral de análise é que reaparece “o moinho satânico” de Karl Polanyi. A atenção chamada por Dardot e Laval à genial ideia formulada no conceito do Novo neoliberalismo tem um ingrediente anti-sistêmico, a “desdemocratização” dos sistemas políticos mundiais. Nesse sentido, a classe trabalhadora seria mais uma vez apoio para uma tentativa de refundação de sistemas nacionais do Capital, contra a ideia de democratização geral e irrestrita do Capitalismo.

A Guerra não é contra o Capitalismo, a guerra é para definir a sua amplitude operacional e sua liderança mundial. Nessa guerra, infelizmente, a classe trabalhadora nada mais é do que participe agregado, que pode pelo tamanho descomunal da reserva existente, ser eliminado, como tem ocorrido na Ucrânia e ocorre nas dezenas de guerras espalhadas pelo mundo e não cobertas pela CNN internacional, Euronews, France 24h, etc.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: editora Cortez, 1995

ANTUNES, Ricardo L. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do**

trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROS, Albani de. **Precarização: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019. Cap. 2 - A precarização sob a análise da crítica marxiana (p. 67-124)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 617p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **VientoSur**, n. 164, de 19 de julho de 2019.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda.

Capítulo 2, *In.* ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

PEIXE, João C. M. D. S. **Morfologia do Trabalho na Contemporaneidade – Flexibilização das Relações de Trabalho, Precarização e Tendências à Terceirização – O Caso de uma IES**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Sociologia, Política e Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia e Política, 2010.

VASAPOLLO, L. O Trabalho atípico e a precaridade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. Capítulo 3, *In.* ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.